

O QUE SE HÁ DE ENTENDER POR GRAMÁTICA: A VOZ DE BECHARA E SEU TRIBUTO A OUTRAS VOZES

Maria Helena de Moura Neves¹
Universidade Estadual Paulista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
mhmneves@uol.com.br

RESUMO:

Este artigo propõe discutir as obras de Evanildo Bechara como marcadas por duas direções centrais: (i) uma tendência constante de resgatar profundamente (e louvando) os “mestres” que balizam suas posições; (ii) sobre essa base de profundo saber gramatical, uma atenção constante para o que ele determina como a “exemplaridade” em linguagem. A análise se faz em artigos que Bechara publicou na coleção *Na ponta de língua* (Lucerna, 1998-2005). Conclui-se que, com tal arsenal teórico-metodológico de Filologia e Linguística, esse gramático “tradicional” se define como um ‘cultor’ da língua, sem enquadrar-se porém entre os “guardiães” de um padrão linguístico a ser prescritivamente imposto.

PALAVRAS-CHAVE:

saber gramatical, linguagem exemplar, correção

ABSTRACT:

The aim of this paper is to present the works of Evanildo Bechara as being marked by two fundamental traits: (i) a constant tendency to invoke (and defer to) the “masters” who ground his stances; (ii) a constant attention, coming from this foundation of deep grammatical knowledge, to what he labels as “exemplariness” in language. The analysis is carried out on articles published by Bechara in a collection named *Na ponta da língua* (Lucerna, 1998-2005). We conclude that, with a theoretical and methodological baggage comprising Philology and Linguistics, this “traditional” grammarian emerges as a “cultivator” of language, without adhering to a group of “guardians” of a linguistic standard to be prescriptively imposed.

¹ Professora emérita da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus de Araraquara, e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); pesquisadora 1A do CNPq.

KEYWORDS:

grammatical knowledge, exemplary language, correction

Introdução

Este número da Revista *Confluência* presta homenagem ao notável **mestre** Evanildo Bechara, e, no caso particular deste capítulo, a homenagem é bastante especial, porque quem a faz é, simplesmente, um ex-aluno. Ora, com toda a certeza, a visão de um aluno em referência a seu professor é a de maior revelação que pode existir: ninguém tem maiores oportunidades para apreciar o outro, no seu todo, do que aquele que, sentado em uma carteira, abre os olhos, posta os ouvidos e entrega a mente, naquela particular condição de quem está ali, essencialmente, para “crescer”, e, então, marca profundamente em si cada instância que lhe vai sendo oferecida na direção disso que ele busca... Meu testemunho é que até hoje tenho presentes na memória sensações que me marcaram, nessa direção, dentro de tal experiência. Presto, pois, uma homenagem especial ao Professor Evanildo Bechara, que acima referi como **mestre**, mas que faço questão de “correferir” como meu mestre.

Acentuo que as duas direções centrais em que este texto se define constituem exatamente uma retomada de impressões que a condução das lições do Professor Bechara me deixaram nesse significativo contato que tivemos em sala de aula: a primeira é sua tendência constante de resgatar (louvando) os inúmeros “mestres” que balizam suas posições, ou seja, os autores que ele faz questão de referir explícita e continuamente – e humildemente reverenciar – como formadores de seu amplo e profundo saber gramatical, ou como destacados representantes desse saber; a segunda (decorrente desse seu respaldo de conhecimento) é a bandeira, por ele levantada na sua visão da produção linguística, de “exemplaridade” na linguagem, uma proposição muitas vezes mal entendida, simplesmente porque mal “olhada”.

Para essa (dupla) empreitada fui despertada pelo material que encontrei na coleção *Na ponta da língua*, de 7 volumes, publicada entre 1998 e 2005². Obviamente não proponho uma varredura exaustiva nos artigos de EB que se pautam por essas duas direções, apenas pretendo colher, nesse material (e em uma ou outra fonte mais episódica), uma apreciação documental que delas provém: (i) resgato, no conjunto, a apreciação que EB faz de autores (propositores de teoria ou propositores de lições práticas) ligados a questões de gramática, por ele invocados (em certos casos, no ensejo de alguma homenagem) para abonar posições; (ii) resgato, em partes especiais do conjunto, a consideração dessa que é a marca significativa particular das lições de nosso homenageado, a sua noção de “linguagem exemplar”, a qual não deixa de ligar-se a um importante resgate de derivação teórica, que tento explicitar..

No primeiro caso, trata-se de uma amostra do arsenal teórico-metodológico de que o Evanildo Bechara dispõe, e que ele presentifica, para direcionamento e para sustentação de suas lições, e, no segundo caso, está o relevo do viés mais significativo daquilo que nós, leitores e aprendizes, apanhamos dessas lições que ele nos entrega recolhidas com sabedoria e entusiasmo.

É com uma incursão nesse valioso material que inicio esta incursão no que considero a mais legítima “voz” de Bechara na história do pensamento gramatical no Brasil.

1. Examinando a noção de gramática destacada pelo gramático Bechara: a exemplaridade em questão

No volume 7 da coleção que aqui está sob comentário, EB, introduzindo o que ele nomeia como “Repasse crítico da gramática portuguesa” (tema desen-

² Trata-se de uma coleção de 7 volumes (organizados por membros do Liceu Literário Português) que reúnem pequenos artigos sobre questões “do Idioma e da Gramática”, que haviam sido publicados semanalmente no “jornal *O mundo português*”, como está na “Abertura” do volume 1 (p. IX). Destaque-se que essa Abertura registra exatamente esta frase: “Foi uma sugestão do Prof. Evanildo Bechara” (p. IX). Na coleção, são 110 os artigos de Bechara, os quais vêm relacionados no final deste texto (segundo dados colhidos no *site* da Academia Brasileira de Letras). Observo, neste ponto, que todas as referências que a seguir forem feitas ao autor Evanildo Bechara, para referência aos artigos dessa coleção, terão tal autoria referida apenas com as iniciais EB (que é como ela consta no índice, em todos os volumes da coleção). E cada volume será referido, na exposição, apenas pelo seu número de ordenação: de 1 a 7.

volvido em sete pequenos artigos, da p. 74 à p. 92), e direcionando a questão para a “sala de aula”, afirma:

A gramática como disciplina escolar tem tentado não ficar alheia às contribuições que as demais ciências da linguagem trouxeram, especialmente depois de teóricos eminentes, entre os quais se podem citar Gabelenz, Paul, Saussure, Hjelmslev, Pisani, Pagliaro e Coseriu, cujas lições seguiremos muito de perto na presente exposição. (p. 74)

Está aí, pois, um primeiro painel de referência de nosso gramático a teóricos, já ficando marcada, na modernidade de visão que se entrevê, a figura de Coseriu, que vai ser particularmente destacada neste artigo. E é com ela que se entra exatamente no mote central bechariano. A argumentação do autor vai no sentido da necessidade de delimitar-se um “*objeto* de estudo” e de tentar-se “eleger um modelo e uma metodologia pertinente a tal empreendimento”. Ele vai, então, à indicação da existência de diversos conceitos de gramática, delimitando dois deles: a gramática entendida como “uma técnica que se utiliza ao falar e como tal constitui objeto de uma ciência” (p. 74) e a gramática entendida como “a descrição ou a investigação dessa mesma técnica” (p. 75).

O ponto a que EB quer chegar (e a que logo chega) é a discussão (com crítica) daquilo que ele invoca como a “corrente e tão aplaudida declaração” (aliás, para ele, “infeliz”) de que “se deve ensinar língua e não gramática” (p. 75). O suporte para a crítica é diretamente haurido de Coseriu (sem referência a alguma obra em particular³), autor que já se pode destacar como o teórico que vem marcando muito fortemente as diretrizes das propostas de EB:

É certo que se há de ensinar língua, porque os alunos não sabem toda a língua que se lhes deve ensinar, mas sim só sabem uma pequena parte dela. Também é certo que no ensino fundamental e médio não cabe ensinar gramática como disciplina e nomenclatura gramatical: o que se há de ensinar é o saber idiomático como tal, que implica o conhecimento das estruturas e procedimentos gramaticais da língua correspondente. O objetivo do ensino idiomático não consiste em que os alunos se

³ Observe-se, entretanto, que a *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 1999) abriga quinze obras desse autor em suas Referências bibliográficas (p. 649-650). Em uma indicação paralela, observe-se, já de início, que obras que tenham sido referidas por EB em seus textos aqui examinados não farão parte da bibliografia que este artigo oferece ao seu final, mesmo que elas venham acompanhadas de alguma indicação bibliográfica (o que é raro).

convertam em linguistas e gramáticos, mas que adquiram conhecimento reflexivo e fundamentado das estruturas e possibilidades de sua língua e cheguem a manejá-la de maneira criativa. Porém, se a gramática (como disciplina gramatical [isto é, a gramática 2] não pode ser o objeto próprio do ensino idiomático, a língua – já que este consiste no saber idiomático, a língua –, a mesma gramática pode e deve ser seu instrumento, porque representa precisamente o passo de um conhecimento intuitivo a um conhecimento reflexivo, isso é, documentado e justificado. (p. 75)

O que a seguir EB recolhe desse trecho de Coseriu é que “saber falar não é só saber língua”, uma conclusão fulcral do Funcionalismo coseriano, que vê na linguagem um plano biológico (psicofísico) e um plano cultural, neste último inserindo-se três “escalões”, como refere EB (p. 76): o universal (que é o da elocução, em geral, centrado no falar com sentido, ou seja, na “congruência”); o histórico (que é o daquela língua particular, vista nas suas variedades, centrado na “correção idiomática”); e o particular. Como põe Coseriu (1992, p. 96, invocado por EB, p. 82): o primeiro se refere à “designação”, que é ligada à “realidade extralinguística”; o segundo se refere ao “significado”, que é “o conteúdo dado linguisticamente numa língua particular”; e o terceiro se refere ao “sentido”, que é “o conteúdo dado pelo texto”, expresso “mediante a designação e o significado, mas que vai além dos dois, já que corresponde a uma função discursiva do falante relativa a uma atitude, intenção ou suposição” (p. 82).

E é por via dessa lição “funcionalista” – não é por decurso de posições tradicionais conservadoras⁴ – que EB enquadra e explicita seu apregoado conceito de “exemplaridade”: na comunidade, a tendência é “estabelecer idealmente uma modalidade de língua para consubstanciar a unidade e a coesão dessa mesma comunidade”, e, assim, poder-se falar em um “ideário que liga toda uma comunidade a uma forma específica de cultura”. Desse modo, “sobre a língua comum pode criar-se outra língua idealmente mais normalizada e homogênea para servir a toda a comunidade e a toda a nação” (p. 79).

A conclusão de EB, extremamente significativa, é esta: “pertencem a níveis de valor diferente a norma de correção e a norma de exemplaridade”:

⁴ Quando, na p. 83, EB discute a não “sinonímia” entre as orações *A porta está aberta* e *A porta não está fechada*, ele é explícito ao contrastar a visão de fatos gramaticais colhida na gramática “tradicional” com aquela que se pode colher na visão coseriana, situada em outra fase histórica de sustentação teórica da gramática (mais científica e menos intuitiva): “A própria gramática tradicional, de que injustamente só se fala mal, já havia intuído essa distinção e, em muitos casos, usava de nomenclatura diferente, embora não soubesse trabalhar a aprofundar corretamente essa intuição.”

a norma exemplar resulta do julgamento “de quem dentro da sociedade está credenciado para fazê-lo, isto é, gramáticos e lexicólogos competentes” (p. 79); ela não é correta nem incorreta, já que são os fatos em si que são corretos ou incorretos, ou seja, que estão, ou não, “de acordo com a tradição linguística de uma comunidade ou de uma variedade dessa mesma comunidade” (p. 79).

E por aí vamos às questões centrais programadas.

2. Uma coleta de lições sobre gramática oferecida por Bechara: a trilha da exemplaridade, com defesa da variedade em linguagem

2.1 O tributo ao “saber” e à “sabedoria”, na sustentação da proposta

Neste primeiro resgate, estamos no século XX, (entrando no XXI), com olhos em um aparato teórico que EB colhe de Paul Teyssier (1918-2002), no volume 7 (p. 21-24) da coleção *Na ponta da língua*. O texto foi produzido no ensejo da morte desse que, apresentado como quem galgou “um dos mais altos postos na galeria dos lusitanistas e brasilianistas franceses” (p. 21), vem qualificado como “investigador admirável”, como “profundo cultor da Cultura, da língua e das Literaturas em português”, que lavrou “esses domínios humanísticos” com “a finura da *sagesse* e a erudição do *savoir*” (p. 24). Teyssier é celebrado, ao fim, por via do comentário de suas obras, como “conhecedor profundo da língua portuguesa na sua construção histórica e na sua funcionalidade sincrônica”. Ou seja, o que EB celebra é o peso da visão histórica da língua aliada à visão funcional dos fatos linguísticos (e já projetemos: no caminho da visão da exemplaridade).

Diz EB que, perspicaz e profundo, Teyssier mergulhou com mão de mestre na cultura portuguesa do Renascimento, da época de Gil Vicente e do Iluminismo. Centrou-se inicialmente no teatro vicentino, que oferecia à pesquisa personagens de variadas condições sociais que revelavam variedades linguísticas em todo o domínio do idioma: na fonética, na gramática (fonologia e sintaxe), no léxico e na estilística (campo que já tinha atraído a erudição de Michaëlis de Vasconcelos (*Notas vicentinas*), de Óscar de Pratt (*Gil Vicente: notas e comentários*), e de “seu próprio mestre” Georges Le Gentil, “onde

Manuel Sai Ali⁵ encontrara farto material para suas investigações linguístico-filológicas” (p. 21). Em sua obra *La langue de Gil Vicente*, diz EB, Teyssier estuda principalmente aspectos lexicais que sinalizam as variedades sociais e até sutilezas psicológicas, surpreendendo, por exemplo, as formas arcaicas utilizadas pelas mulheres mais velhas em contraste com as formas novas de Inês Pereira e de outras raparigas que estão em cena. Nesse exame, é destacada por EB, por exemplo, a atenção à variação dos ditongos *ou/oi* no linguajar dos judeus, à fala dos parvos, dos negros, em oposição ao linguajar pedantesco dos clérigos “de meia ciência”, dos advogados matreiros, do enamorado Velho da horta. E Teyssier não deixa de lado a questão do “sayaguês” (língua pastoril) bem como os interessantes e intrigantes problemas que o emprego do plurlinguismo vicentino sugere. Como diz EB, de tudo isso tratou o mestre com a pertinência do profundo conhecedor da língua portuguesa que era, e também do “linguista” preparado para essas investigações (p. 22).

A par de sua intensa atividade ligada à edição e à interpretação da obra vicentina – prossegue EB –, Teyssier foi penetrando cada vez mais em toda dimensão histórica, geográfica e social da língua portuguesa, oferecendo trabalhos como: a preparação crítica da *Comédia de Dio*, de Simão Machado; a avaliação da importância de Jerônimo Cardoso como o pioneiro da lexicografia portuguesa; e outros estudos dos mais variados. Em toda essa atividade, diz EB, vê-se o filão propriamente literário que nunca deixou de atrair Teyssier (bem como o nosso gramático, pode-se ressaltar), bastando invocar-se sua tradução para o francês de *Os Maias*, ao lado de seus diversos ensaios sobre literatura brasileira (no mito indianista; na brasilidade do Rio Grande do Sul vista pelos intelectuais modernistas; no Brasil primitivo e mágico de *Grande sertão: Veredas*) e sobre muitos e variados temas “de maior amplitude e permanente discussão” (por exemplo, “o avesso do ufanismo da epopeia na expansão do império português”), juntando-se, ainda, a esses temas de preocupação mais ampla, suas considerações sobre “o humanismo português e a Europa”, sobre “as fronteiras da latinidade” e “sobre a língua portuguesa no mundo” (p. 23).

EB destaca o conhecimento profundo que, duplo de filólogo e gramático, Teyssier possuía da língua portuguesa, e o louvor vai exatamente para o fato de que esse conhecimento passava pela “funcionalidade sincrônica” respaldada na “construção histórica”. Nessa linha é que EB destaca obras⁶ que ele considera

⁵ Observe-se: na verdade o dileto mestre de EB.

⁶ *História da Língua Portuguesa* (1890, traduzida e anotada por Celso Cunha em 1982) e o *Manual de Língua Portuguesa* (1976, traduzido por Margarida Chorão de Carvalho em 1989).

“sínteses magníficas” que revelam a “apreensão dos usos mais sutis de nossa língua nas duas bandas do Atlântico”. Ou seja, já se prenuncia aqui a sustentação da uma noção de exemplaridade que dispensa controle prescritivista.

2.2 A cultura, no conhecimento da língua

Entretanto, se há uma preocupação de estudo que envolve EB é a que se relaciona com os padrões de língua, questão que centra fortemente as reflexões que nosso gramático desenvolve.

O tema da “correção” entra aqui, neste ponto, por conta do tratamento que lhe foi dado por Gladstone Chaves de Melo (1917-2001) e que EB comenta⁷, sob o título “A lição dos mestres” (partes 1, 2 e 3, p. 35-42), no volume 3 da coleção que abriga os textos aqui examinados. EB invoca uma lição que esse filólogo deu, sob a rubrica *Respondendo a um leitor...* (p. 35), e que ele considera que “deveria ser recitada todas as manhãs, por aqueles que consideram luxo inútil de cultura o expressar suas ideias, pensamentos e vontades numa língua escorreita” (p. 35). O que ele invoca, no caso, é a necessidade de que “o nível de língua e de estilo ande *pari passo* com o nível de competência profissional, se a pessoa deseja, falando ou escrevendo, dizer o que sabe”. Ele insiste na validade da existência de uma variedade coloquial e familiar no mesmo nível da validade de uma língua “de cultura”, que, entretanto, se ativada em ambiente de coloquialidade, deixa de ter “adequação idiomática” (p. 35).

Nessa questão de adequação das competências e dos padrões, EB destaca o papel da escola, na qual deve haver uma ação que possibilite acesso ao que ele considera a “língua adquirida”, e para isso traz a palavra de Gladstone Chaves de Melo:

A outra [língua adquirida] (...) vai-se aprender na escola, com esforço, com método, e vai-se aprendendo o resto da vida, se não se quiser ficar no primeiro estágio, digamos, no curso primário. (p. 36)

Para EB essa é uma verdade que escritores, filósofos, linguistas e pedagogos repetem, encontrando-se nos escritores sobejas provas de que existe um esforço despendido no sentido do alcance da “maturidade do seu desempenho linguístico e expressivo” (p. 36). Ele invoca o caso de Machado de Assis, que

⁷ Esse comentário foi feito ainda em vida de Gladstone, já que a edição do artigo de EB é de 2001.

afirmava que “não lia gramática e não sabia gramática”, e no entanto deixou indicações que mostram que ele se preocupava com a “correção idiomática” (p. 36). Além disso, EB resgata material constante da *Revista da Academia Brasileira* que comprova que Machado lia e anotava os clássicos. Por outro lado, a respeito da ligação de Eça de Queirós com os padrões de escrita, EB (p. 36) cita este depoimento de João Ribeiro (um depoimento insuspeito, já que esse gramático mais se inclinava para a modernidade que representasse maturidade):

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos de sua vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo, restituindo-o, o quanto pôde, à nobreza antiga da língua (*Página de estética*, p. 131)

Considera EB que aí está uma lição de humildade que exemplifica casos de volta a uma tradição abandonada em razão da aceitação, por exemplo, de coloquialismos e vulgarismos, que poderiam estar bem no seu campo próprio, não “no domínio da língua de cultura” (p. 37).

Em outra crônica desse mesmo volume 3 da coleção *Na ponta da língua*, EB insiste na indicação de que “a língua de cultura, uma das múltiplas faces de que se reveste a língua histórica”, abrangendo todas as variedades e todos os estilos, “começa nos mais tenros períodos de infância” (diz-se a uma criancinha, por exemplo: “não é *sabo*, é *sei*”) “e se prolonga pela vida fora”. Obviamente, a variedade aí considerada “exemplar”, “ideal” vai cedendo a inovações assimiladas pelas pessoas cultas da mesma geração ou de gerações seguintes, existindo um espaço de tempo que pauta a aceitação das novidades, exatamente porque a língua de cultura “é a viga mais rija que une as gerações que falam e escrevem uma língua histórica” (p. 175). Muitas formas consideradas “incorretas” encontram explicação ou justificação científica plausível, entretanto não são “aceitas” na considerada “norma culta” exatamente porque não são as formas esperadas em uma pessoa suficientemente escolarizada. A legitimação desse argumento EB vai buscar (na p. 176) em Said Ali, seu mestre direto e dileto, que, nas *Alterações semânticas* ensina: “Explicar um fenômeno linguístico não significa recomendar a sua aceitação no falar das pessoas cultas” (p. 233).

E afinal é a Coseriu que EB vai em complementação (p. 165, citando as *Lecciones de Linguística General*, p. 321 e 322), para nos trazer a indicação de que a norma de uma variedade linguística “contém tudo aquilo que é rea-

lização tradicional”, “tudo aquilo que se se diz (e se entende) *assim e não de outro modo*”.

2.3 Um olhar para a gramática levada ao ensino a partir do século XIX, contemplada a variedade linguística

Se quisermos dirigir a atenção para a visão histórica que EB traz da gramática levada ao ensino (e mantida a atenção para o olhar bechariano privilegiadamente dirigido à exemplaridade), podemos colher, em pelo menos dois volumes da coleção que aqui se instituiu para exame, material referente ao século XIX que, com grande felicidade, pode ser comentado. Nos dois casos, trata-se de referência a gramáticos que são tratados, nesse particular, com grande reverência por EB: Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916) e Mário Barreto (1879-1931).

No volume 1 está em foco o “grande mestre” Epifânio da Silva Dias – como EB o chama –, já no título dos dois pequenos artigos (p. 119-122; p. 122-123), publicados por ocasião do sesquicentenário do homenageado. Epifânio vem apresentado, destacadamente, como um dos professores aos quais coube a divulgação em Portugal dos “modernos estudos linguísticos desenvolvidos na Europa, especialmente na Alemanha, no início do século XIX” (p. 119).

Nessa tarefa – que EB destaca como iniciada por Adolfo Coelho, conforme se registra em outro ponto deste capítulo – vêm incorporados também os nomes de Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Ribeiro de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães e D. Carolina Michaelis de Vasconcelos. A “difícil” tarefa que EB destaca para Epifânio Dias é a de reformulador dos compêndios gramaticais destinados ao ensino da língua portuguesa e do latim, na direção de introduzir neles “o resultado do progresso dos estudos linguísticos do seu tempo” (p. 120). Vem destacada a atenção ao tratamento da sintaxe, que até então era reduzido, ou até inexistente, nos compêndios, e vem citada a obra (para alunos do primeiro ano do curso dos liceus) *Gramática Prática da Língua Portuguesa* (1870), remodelada em 1876 com o título de *Gramática Portuguesa*, e em 1881 com o título de *Gramática Portuguesa Elementar* (esta, conforme está na p. 120, “de larga tradição entre os compêndios escolares até quase a terceira década do nosso século”).

EB acentua o “pioneirismo” de Epifânio Dias “na renovação dos livros didáticos para o ensino do português, do latim, do grego e do francês, com destaque para dois papéis: o de efetivar, no domínio do liceu, “as novas ideias

da Filologia Românica e da Linguística Geral” e, com isso, o de desviar do trabalho escolar a preocupação com pura censura a “solecismos e barbarismos” (p. 120). Ou seja, chega-se de novo à centrada atenção de EB na exemplaridade, constituída com sustentação teórica. Ele ressalva que Epifânio não chegou aos autores de sua época com a mesma leitura profunda que demonstra dos clássicos e dos pré-clássicos, mas registra que ele foi “receptivo ao registro de inovações sintáticas e práticas de linguagem, algumas das quais curiosamente até hoje não são merecedoras do beneplácito de gramáticos, puristas e escritores” (p. 120). Para essa indicação EB refere-se a duas questões sobre aceitação de uso de construções historicamente criticadas: a primeira é a abonação que a *Sintaxe Histórica Portuguesa* (e já, também, a *Gramática elementar*) de Epifânio dá ao uso sem valor reflexivo dos pronomes *se*, *si* e *consigo* (construção que – lembra EB – até hoje não é abonada no Brasil e que, mesmo em Portugal, só foi merecer aprovação com o uso por escritores representativos, como Camilo Castelo Branco); a segunda é a tranquila referência de Epifânio (*Gramática elementar*) a construções como *amor pelo próximo* (que durante muito tempo vinha sendo considerada errônea, “bárbara”), simplesmente como de “uso atual” (p. 21)⁸.

Uma indicação bastante relevante de EB, referente ao acolhimento, por Epifânio, de inovações na prática da linguagem, está nesta afirmação:

Epifânio andou ainda adiantado a gramáticos e puristas ao registrar sem admoestação a possibilidade de elipse da preposição no início de orações subordinadas que funcionam como objeto indireto ou complemento relativo e ainda complementos circunstanciais do tipo de *preciso (de) que, tenho necessidade (de) que, estou desejoso (de) que, convidado-o (a) que parta*. Sabemos que ainda hoje encontramos gramáticos e puristas que não veem com bons olhos esta construção. (p. 122)

EB ressalta que esses exemplos poderiam ser multiplicados, citando a *Sintaxe histórica* (parágrafo 347, obs. 1^a, p. 122), quanto ao caso do emprego da preposição *para* depois do verbo *pedir*, outra construção que, segundo Epifânio, constitui “objeto de repúdio de quase todos os nossos gramáticos”,

⁸ Cabe inserir o comentário de EB sobre o fato de que a edição póstuma da *Sintaxe Histórica* (1918) critica essas construções, atribuindo-as a “escritores modernos, menos cuidadosos da pureza de linguagem” (p. 122), entretanto considera que essa edição da obra de Epifânio merece ser revista (a obra merece uma edição crítica), já que tal modo de ver deve ser “uma posição anterior do filólogo, mais conservadora do que a que se viu no compêndio elementar de 1876” (p. 121).

mas que ele “registra sem crítica” (p. 122). Perceba-se que, já *à primeira vista*, o louvor do gramático Bechara a Epifânio tem o sentido oposto àquele que o desavisado espera encontrar em um gramático tradicional comprometido com a exemplaridade, como é o caso do nosso gramático. Verifica-se, no todo do artigo, que EB celebra em Epifânio um gramático que, com olhos no “resultado do progresso dos estudos linguísticos do seu tempo” e preocupado com desviar do trabalho escolar a preocupação com pura censura a “solecismos e barbarismos”, mostra-se “receptivo ao registro de inovações sintáticas e práticas de linguagem, algumas das quais, curiosamente, até hoje não são merecedoras do beneplácito de gramáticos, puristas e escritores” (p. 120). Na elogiosa avaliação de EB, Epifânio “revela um espírito atento não só à historicidade da língua, mas também à potencialidade para encontrar, através do trabalho de seus escritores, novos recursos de expressão” (p. 120)⁹. Ou seja, é a exemplaridade equilibrada que o nosso gramático celebra, na voz de um gramático do século XIX.

O segundo caso anunciado para comentário nesta seção constitui uma visita entusiasmada que EB faz a Mário Barreto, estudioso que ele coloca entre “os esquecidos inesquecíveis”, já no título dos cinco pequenos artigos sobre o tema que estão no volume 4 da coleção aqui em exame (p. 156-171). São os que ele lembra como aqueles que dedicaram sua vida a ocupar-se “de fatos da língua ou de questões atinentes à descrição, ensino ou política do idioma”, deixando nos livros, nas revistas ou nos jornais, “tal riqueza de lições, que, apesar de esquecidos do homem comum, usuário do patrimônio do idioma, se libertaram da lei da morte e vivem inesquecíveis na memória de quantos hoje e sempre arroteiam a mesma seara” (p. 156).

Historia EB que, quando Mário Barreto começou a escrever, a imprensa do Brasil e de Portugal, mais especialmente a nossa, mantinha consultórios gramaticais em que professores e jornalistas comentavam erros e dúvidas de linguagem, com base na lição dos clássicos, “e quase sempre em estilo ameno, discorriam sobre o que é correto e o que não se deve dizer” (p. 157). Para EB, se nem todos estavam aparelhados para esse mister, a verdade é que – destaque-se esta indicação – eles “prestavam relevantes serviços à causa da boa linguagem e, o que é mais importante, conseguiam despertar nos leitores a consciência de um instrumental idiomático culto” (p. 157). Assinavam esses consultórios

⁹ EB também se refere a essas características e à importância do trabalho de Epifânio Dias no volume 7 da coleção, mas aí ele trata mais especificamente das relações do gramático com Eça de Queirós.

Cândido de Figueiredo, Cândido do Lago, e, menos assiduamente, Gonçalves Viana, entre outros.

EB acrescenta que nem sempre essas lições “se alinhavam com o testemunho da boa tradição literária ou dos preceitos da boa linguagem”, razão pela qual surgiam as réplicas, muitas das quais “terminavam em acirradas polêmicas e algumas em descomposturas ou desforços físicos” (p. 158).

Essa “pertinente vigilância ao vernáculo” teve início nos primeiros anos do século XX, época da elaboração do Código Civil, quando “esgrimiram lanças” (p. 158) Rui Barbosa e seu antigo professor, o gramático Ernesto Carneiro Ribeiro (lembrando-se a *Réplica*, de 1904). Com o aparecimento dos consultórios, diz EB, foram surgindo jovens estudiosos e profissionais de outras áreas, especialmente do Direito, entre eles Heráclito Graça, “numa época em que os causídicos defendiam não só os seus clientes mas também a vernaculidade de seus escritos (p. 158).

É com a avaliação de Mário Barreto como “perfeito conhecedor do idioma e dono de segura informação filológica, alicerçada no testemunho literário e na leitura atenta de obras mestras da ciência linguística vigente na época” (p. 158) – ou seja, como um gramático pautado na exemplaridade – que EB o contrapõe a Cândido de Figueiredo, historiando que ele começou, em 1903, em uma coluna de jornal (“Notações filológicas”), uma série de artigos justamente refutando certos ensinamentos desse autor. Da reunião desses artigos saiu o livro *Fatos da linguagem* (1903), que “inaugura, na bibliografia linguístico-filológica, pelo menos brasileira, o termo *fato* numa acepção muito técnica em trabalhos dessa natureza”, termo que foi aproveitado por Mário Barreto em *Fatos da língua portuguesa* (1916) e por Joaquim Mattoso Câmara Júnior, no *Dicionário de fatos gramaticais* (1956).

Ao lado de Heráclito Graça, continua EB, Mário Barreto contraria em boa parte as lições (fortemente normativas) de Cândido de Figueiredo, colocando, já em 1903, nos *Estudos de língua portuguesa*, “apontamentos breves acerca de questiúnculas gramaticais e lexicográficas [...] ou de falsos galicismos ou de expressões tidas por errôneas, mas que poderiam ser abonadas nos autores clássicos” (p. 159). Segundo EB, hoje pode-se discordar de algumas das lições e de certas orientações metodológicas de Mário Barreto – que eram de um autor “mal entrado nos vinte anos” (p. 160) –, e ele próprio dissentiu posteriormente de um ou outro ponto desse livro, entretanto aí já se revelam dotes de um estudioso sério.

E afinal – diz EB –, com seus *Novos estudos de língua portuguesa* (1911), Mário Barreto, recolhendo o mais rico material de fatos sintáticos da língua portuguesa, chega à maturidade de sua produção filológico-gramatical:

Já não se trata de pequenos aspectos de língua com vista a ensinamentos duvidosos espalhados em consultórios gramaticais da imprensa; são longos estudos de problemas ou pouco ventilados em livros especializados, ou de novidades resultantes da extensa e intensa leitura dos clássicos antigos e modernos. (p. 160)

2.4. Na direção da voz de Eugenio Coseriu: a direção explícita de “teoria” da linguagem

Entretanto, passando a lições da gramática portuguesa totalmente inseridas no século XX, EB avança nas suas considerações sobre a “natureza” que podem ter as lições gramaticais, recorrendo a proposições teóricas avançadas no campo da Linguística. A grande referência é Coseriu, que, na coleção aqui analisada, EB propõe como “o melhor teórico da linguagem” (volume 3, p. 176) e como “pensador profundo” (volume 7, p. 61) que sai do estreito limite da língua e vai ao terreno do “falar”; mais que isso, ainda, que toma o falar como “norma de todas as outras manifestações da linguagem”, ensinando que “o falar [...] é muito mais do que a simples realização de uma língua particular, o simples conjunto de regras para construir frases corretas” (p. 62). No resumo, volte-se à indicação de EB (volume 7, p. 76), recolhida de Coseriu, de que “saber falar não é só saber língua”, uma conclusão fulcral do Funcionalismo que o teórico propõe e a que EB dá relevo.

Refiro particularmente a significação que tem, na sequência das considerações que aqui se fazem, a filiação coseriana que EB atribui a Herculano de Carvalho, quando o eleva ao posto de “o mais rigoroso e competente teórico da linguagem em língua portuguesa”. No volume 6 da coleção aqui examinada estão cinco artigos (p. 119-129) de EB compostos *in memoriam* de José Gonçalo Herculano de Carvalho (1924-2001), nos quais ele apresenta esse estudioso como “figura de inteligência fulgurante e sólido saber”, assim como

o mais rigoroso e competente teórico da linguagem em língua portuguesa, a quem não faltava a presença alicerçada da Filosofia, da Antropologia Cultural, da História do Pensamento Linguístico no mundo ocidental e oriental, da Sociologia,

da Etnologia, da Psicologia, da Ecdótica, da Linguística do Texto e de outros domínios imprescindíveis às suas permanentes investigações. (p. 119)

Afirma EB que, em futuras pesquisas que se terá de fazer sobre as fontes do pensamento linguístico de Herculano de Carvalho e sua evolução, “ocupará lugar de honra, no que se refere aos temas da teoria da linguagem, a participação de Eugênio Coseriu” (p. 124), que ele ainda indica como um dos mais completos representantes desse campo científico na passagem do século XX para o século XXI, ao lado de Antonino Pagliaro, Luís Hjelmslev, Roman Jakobson, Emílio Benveniste e J. Kuryowicz

Essa filiação de Herculano de Carvalho a Coseriu EB documenta, no volume 6 (p. 124), com uma citação literal obtida no próprio Herculano:

A cada passo se encontrará, pois aqui o eco da voz de muitos mestres. Entre eles, parece-me que será particularmente audível a de um – Eugênio Coseriu – a quem desde 1958, quando nos encontramos pela primeira vez na longínqua cidade de Porto Alegre, me sinto ligado por uma fraterna amizade, e que pelas suas obras, pela sua palavra nas não muito frequentes mas fecundas horas de convivência que temos tido em dois continentes, me alegrou e estimulou decisivamente a seguir por um caminho que então começara a atrair-me com irresistível força. Não sei ao certo o quanto monta a minha dívida neste meu livro (como outros estudos publicados e a publicar) a Coseriu e a outros, mas é muito, sem dúvida (*Teoria da linguagem*, tomo I, 3ª tiragem, 1973).

EB destaca a importância que, para a formação de Herculano de Carvalho, teve a sua permanência de quatro anos, na Suíça, com oportunidade de inserção em ambiente marcado por fenômenos de contatos de línguas e culturas, acrescendo-se a oportunidade de aperfeiçoamento nos estudos romanísticos. Um aspecto da sua trajetória acadêmica e de suas incursões científicas que, em particular, vem acentuado historicamente refere-se, com grande significado, a seus estudos de Linguística. Ressalta a elaboração de uma obra especificamente configurada como um “Curso de linguística”, um compêndio da disciplina que foi publicado e continuamente revisado na Universidade de Coimbra.

3. O explícito tributo bechariano aos expositores da gramática do português: ainda a exemplaridade, na variedade linguística

3.1 Uma visão histórica da questão.

Já no volume 1 da coleção *Na ponta da língua* encontramos esta ilustrativa frase de Bechara sobre o tributo que ele se dispõe a pagar a estudiosos da língua portuguesa a que recorre em seus estudos. O artigo de EB “Harri Méier e seus estudos de língua portuguesa” (p. 109-112) assim se inicia:

A língua portuguesa já deve grande contributo a vários estrangeiros que se têm dedicado a ela com o mesmo entusiasmo e amor de estudiosos portugueses e brasileiros, que empregaram sua vida e inteligência a investigar-lhe as particularidades e segredos refletidos nas páginas estilizadas dos escritores ou na fala espontânea de seus utentes. (p. 109)

EB entra na questão por via de Diez¹⁰, que “inaugurou, em 1836, a Linguística Românica” (p. 110) e que – registra EB – Harri Méier (1905-1990) conheceu já em seus tempos de “curso secundário”, quando estudou as “regras para emprego” do infinitivo flexionado “consoante os ensinamentos de Frederico Diez¹¹ e Soares Barbosa” (a quem EB também se apressa em apresentar como “ilustre gramático português do século XVIII, pertencente ao período de investigação pré-científico”, p. 110).

E EB segue compondo resumidamente a história do aparecimento de gramáticas do português cientificamente orientadas, citando duas: a de Carl Reinhardtstoettner (1878), que foi a primeira gramática do português na orientação historicista de Diez (a qual teve alguns capítulos traduzidos por Francisco Adolfo Coelho); e a do suíço-alemão Júlio Cornu (1888), que traçou os contornos definitivos da gramática portuguesa, quando Brasil e Portugal já conheciam as lições de Diez “pela mão de” Adolfo Coelho. Lembra EB, para essa época: em Portugal (além de Adolfo Coelho), José Leite de Vasconcelos

¹⁰ Os estudos de EB têm filiação bastante forte em obras alemãs, língua em que ele é proficiente, tal como seu mestre dileto, Said Ali.

¹¹ Tenho lembrança de que, como aluna, aprendi com EB a pronunciar esse sobrenome (informação que ele também dá aos leitores desse artigo, na p. 110).

e Carolina Michaëlis de Vasconcelos; no Brasil, Júlio Ribeiro, Fausto Barreto, Pacheco da Silva Júnior, Lameira de Andrade, João Ribeiro e Said Ali.

Outros centros EB evoca para indicar estudiosos dos quais os “mestres” portugueses e brasileiros “hauriram o progresso da disciplina” (p. 110): o grande destaque inicial é para Wilhelm Meyer-Lübke, “mestre notabilíssimo” (e grandemente referido na história da ciência linguística), mas a atenção central de EB vai (como anuncia o título) a Harri Méier (1905-1990), que, fortemente destacado como “um dos mais conhecidos e competentes lusitanistas do nosso tempo”, tem seus primeiros estudos (datados de 1926 a 1941) considerados como “de consulta indispensável” (p. 111). Desse autor EB destaca particularmente os seguintes direcionamentos de estudo: relacionou a história externa com a história interna da língua; privilegiou as explicações etimológicas baseadas (morfologicamente) no sistema latino, em detrimento das explicações ligadas a substrato e superestrato (mais de natureza fonológica e semântica); nas pesquisas etimológicas levantou, pela conciliação da história linguística com a história cultural do vocábulo, grandes famílias de palavras e tentou reaproximar da fonte originária aquelas que se tinham afastado mais das irmãs que se mostravam mais fiéis ao étimo latino; afinal, chegou a “perscrutar matizes estilísticos muito interessantes” (p. 111).

No correr desta seção 3.1 claramente se pode percorrer a atenção à exemplaridade que governa as gramáticas da língua, ligada a um “progresso da disciplina” **gramática** haurido da ciência linguística: é a exaltação das “páginas estilizadas” dos escritores, dos “matizes estilísticos interessantes” e dos “matizes da gama rica” do tratamento, em português, de questões gramaticais”. Entretanto – e notavelmente –, toda essa língua exemplar vem vista no tranquilo convívio da “fala espontânea dos utentes” (p. 111), legitimamente ligada ao saber idiomático da comunidade.

3.2 Afinal, uma visita a dois expositores contemporâneos da nossa gramática

Entram nesta seção, para arremate do percurso (não exaustivo) empreendido, dois nomes de gramáticos contemporâneos que todos os estudiosos respeitam e admiram e nos quais EB recolhe justamente a sensibilidade para a noção funcional de linguagem exemplar: Celso Pedro Luft (1921-1955), homenageado por EB no volume 4 da coleção (p. 1-2), por ocasião de seu passamento, e Othon Moacir Garcia (1912-2002), homenageado por EB no volume 7 (p.

42-44), também por ocasião de seu passamento. Interessantemente, ambos são reverenciados, em particular, pela ligação com sua atividade de professores.

Celso Pedro Luft já vem elogiosamente à cena por referência a “professores excelentes”, esse que era o tema geral do artigo anterior do volume (p. 40-42), também de autoria de EB. E entra justamente pela linha central que nele é mais significativa, a do culto à língua, ou seja, a que representa com maior lucidez a atenção à exemplaridade: Luft é reverenciado como “um dos mais operosos cultores” da língua portuguesa (p. 1, grifo meu), “autor de prestantes livros, pelos quais estudava, ensinava e difundia a norma exemplar do idioma, norma desejada e praticada nas produções superiores de cultura” (p. 1, novamente grifo meu).

EB historia o percurso do gramático Luft, desde quando, “ainda sob o hábito de Irmão Arnulfo”, começou a escrever sobre ortografia e sobre questões gramaticais, pela Editora Globo, de Porto Alegre, firmando-se como autor de obras didáticas “de bom nível, alicerçadas nas novidades que tivessem repercussão oportuna no ensino normativo da língua”. Ressalta EB, sobre o percurso de Luft :

Com a chegada de ondas reformuladoras no âmbito da necessária reflexão universitária, soube não se deixar morder pelo vírus da modernose, e arcar com dignidade o peso da opção consciente e moderada, certo de que *non pudeat dicere quod non pudeat sentire*. Tal atitude num país como o nosso que ama a novidade de hoje, mesmo que amanhã seja desbancada por outra mais nova, ainda que inconsistente, é atitude de coragem. (p. 1)

EB chama a atenção para o fato de que um dos livros de Luft, que trazia a famosa crônica de Veríssimo “O gigolô das palavras” foi aproveitado incorretamente “como catilinária contra a gramática”, entretanto Luft, na 2ª edição do livro, procurou desfazer o equívoco afirmando:

Ninguém pode ser contra a verdadeira gramática (...). Muito ao contrário; este livrinho é uma defesa dela – defesa apaixonada (...). O que me preocupa profundamente é a maneira de se ensinar a língua materna, as noções falsas de língua e gramática, a obsessão gramaticalista (...). (p. 11-12 da 2.ª ed.) (p. 1)

Dos livros subsequentes de Luft (o *Dicionário prático de regência verbal* e o *Dicionário prático de regência nominal*), EB diz que eles coroam com

dignidade científica a trajetória desse ‘incansável professor de Língua Portuguesa’ (p. 1).

As palavras com que EB termina esse artigo de homenagem são extremamente reveladoras da maneira como ele constrói sua noção de exemplaridade, na língua: ele fala da perda de Luft como uma perda que atingiu “a pequena grei dos que teimam em acreditar que as produções superiores do espírito humano encontram seu melhor veículo na língua exemplar” (p. 2).

Quanto a Othon Garcia, os entusiasmados elogios de EB também iniciam pela atribuição ao homenageado de referências como “mestre emblemático” (p. 42), ao lado de “conhecedor admirável do sistema e das potencialidades expressivas do idioma” (p. 42), com “fina sensibilidade para dois campos de estudo: a análise literária e a técnica de redação” (p. 42), todas essas, classificações que se definem dentro da linha de exemplaridade desenvolvida no gramático Bechara. No destaque das atividades do homenageado em análise literária, EB acentua ter ele promovido a integração de jovens estudiosos que levaram adiante “os alicerces de uma nova crítica literária exposta e praticada primeiro por Afrânio Coutinho depois por Eduardo Portella”.

Ainda na mesma linha, o homenageado é relevantemente destacado pela sua dedicação à técnica de redação (com o inquestionavelmente notável *Comunicação em prosa moderna*, 1967), desenvolvida na sua atividade de magistério. E no que respeita especificamente à atenção à gramática da língua, dentro da explicitação da técnica que Othon Garcia oferece, EB propõe que, partindo de informações sobre os elementos estruturais da oração – que é a análise sintática, “atividade hoje execrada por modernos” –, ele imbricava essa atividade com a “compreensão das relações gramaticais e semânticas que as palavras e funções mantêm entre si para a adequada e conforme manifestação do que quer transmitir aos seus ouvintes e leitores” (p. 43). Afinal, o que EB recolhe, no “caminho percorrido por Othon no livro *Comunicação em prosa moderna*” é que, assentado no “conhecimento da estrutura gramatical”, vai ele à “variedade dos recursos expressivos [...] e à fundamentação da arte de pensar e dizer” (p. 44), ou seja, vai ele à linguagem exemplar.

O que concluir

Pode-se dizer que a defesa de Evanildo Bechara daquilo que ele invoca como “exemplaridade” tem um lugar especial na história das ideias linguísti-

cas que se colhem (pelo que nos dá nosso gramático) na tradição da descrição gramatical do português. A compreensão do real significado dessa proposta de exame do uso linguístico leva exatamente a enquadrar o nosso homenageado como um fiel ‘cultor’ da língua, sem de maneira alguma enquadrá-lo entre os devotados “guardiães” de um padrão de língua que nos caiba imperiosamente ‘preservar’. Claramente, e relevantemente, as duas noções não se misturam.

Na sua *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 1999) EB oferece uma seção intitulada (destaque-se) como “O exemplar e o correto”, e o texto se desenvolve, com fonte em Coseriu, na direção de esclarecer uma oposição:

Há de distinguir-se cuidadosamente o exemplar do correto, que pertencem a campos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, a conceituação desses dois termos, razão por que o eleito não é correto nem incorreto.

Já quando se fala de correto, que é um juízo de valor, fala-se de uma conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica. Por ele se deseja saber se tal fato está em conformidade com um ato de falar, isto é, com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade, fato que pode ou não ser o modo exemplar de uma língua comunitária. (p. 51-52)

Consideradas as categorias estabelecidas em Coseriu (não nomeadamente invocadas, nesse ponto, mas desenvolvidas em outros pontos da obra), propõe EB que o modo exemplar pertence à arquitetura da língua histórica, enquanto o correto (ou incorreto) se situa no plano da “estrutura da língua funcional”. É a partir daí que a “correção” é particular de cada língua funcional, pois o que a respeito dela se põe em causa é “um modo de falar que existe historicamente” (p. 52).

E a condução da questão chega, ao final, à necessidade de diferenciação entre “gramática descritiva” (configurada com explícito recurso a Coseriu) e “gramática normativa”. Quanto à “gramática normativa”, que tem “finalidade pedagógica”, cabe-lhe “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social”. Ela “recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos”. À “gramática descritiva”, disciplina científica que é, cabe-lhe

descrever um sistema linguístico em todos os seus aspectos, cabe-lhe, pois, “registrar como se diz em uma língua funcional”, sem preocupação de estabelecimento do “certo” e do “errado” no nível “do saber elocutivo”, “do saber idiomático” e “do saber expressivo” (p. 52). Mas, com certeza, preservando, na direção do olhar, aquela linguagem exemplar, dentro da variedade linguística.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa* (edição revista e ampliada). Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

**Relação dos artigos de autoria de Evanildo Bechara na coleção *Na ponta da língua* (Editora Lucerna/Liceu Literário Português)
(Fonte: site da Academia Brasileira de Letras)**

A concordância com títulos de textos e assuntos conexos. v. 7, 2005, p. 132-140.
A concordância com *um dos que* na tradição gramatical do português. v. 6, 2004, p. 96-104.
A contribuição de Herculano de Carvalho aos estudos linguísticos. v. 7, 2005, p. 178-189.
A dimensão do texto e o ponto-e-vírgula. v. 5, 2003, p. 191-194.
A divisão silábica e questões de concurso. v. 6, 2004, p. 78-82.
A erudição de Camões. v. 4, 2002, p. 15-20.
A gramática dos termos estrangeiros no português. v. 2, 2000, p. 170-176.
A gramática no atual contexto das disciplinas linguísticas. v. 7, 2005, p. 112-117.
A lição dos mestres. v. 3, 2001, p. 35-42.
A língua de uso. v. 7, 2005, p. 159-166.
A língua dos modernistas: revolução ou tradição? v. 2, 2000, p. 61-76.
A língua e seus usos caprichosos. v. 2, 2000, p. 94-98.
A língua exemplar. v. 5, 2003, p. 103-109.
A língua portuguesa e a sua contribuição. v. 6, 2004, p. 130-140.
A maior palavra do português. v. 1, 1998, p. 36-40.
A missão dos consultórios gramaticais. v. 5, 2003, p. 94-103.
A norma ortoépica. v. 1, 1998, p. 192-201.
A polidez e as línguas. v. 1, 1998, p. 66-74.
Adjuntos adnominais adverbializados e questões de concurso. v. 6, 2004, p. 83-86.

- Ainda outra vez: o que se entende por correção idiomática. v. 7, 2005, p. 145-149.
- Ainda uma vez a Carta de Caminha anotada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. v. 7, 2005, p. 63-74.
- Alberto de Faria – um filólogo diferente. v. 7, 2005, p. 197-208.
- Antônio de Moraes Silva (1-8-1755–11-4-1824). v. 7, 2005, p. 92-99.
- Aonde não foram os acordos ortográficos: abreviaturas. v. 3, 2001, p. 139-141.
- As palavras também escondem a idade. v. 1, 1998, p. 114-116.
- As palavras têm o seu destino. v. 5, 2003, p. 212-222.
- Bate-nos à porta uma reforma ortográfica. v. 7, 2005, p. 226-230.
- Cá e lá más fadas há. v. 5, 2003, p. 27-45.
- Casos de fonética sintática. v. 2, 2000, p. 50-54.
- Celso Pedro Luft: *in memoriam*. v. 4, 2002, p. 1-2.
- Contribuições linguísticas de Filinto Elísio. v. 7, 2005, p. 24-39.
- Cumprimentos entre povos. v. 1, 1998, p. 160-165.
- Da latinidade à lusofonia. v. 6, 2004, p. 29-48.
- Duas afirmações muito complexas. v. 1, 1998, p. 74-82.
- É preciso ilustrar e promover a língua portuguesa. v. 7, 2005, p. 192-197.
- Elementos clássicos e a história de micróbio. v. 5, 2003, p. 138-144.
- Em torno da expressão comparativa *Que nem*. v. 7, 2005, p. 56-59.
- Em torno da palavra consenso. v. 4, 2002, p.
- Epifânio Dias e Eça de Queiroz. v. 7, 2005, p. 149-157.
- Esquecidas riquezas do português. v. 5, 2003, p. 181-190.
- Esses bons professores de concurso. v. 7, 2005, p. 40-42.
- Está na hora da onça (ou de a onça) beber água? v. 2, 2000, p. 176-188.
- Etimologia como ciência”. v. 7, 2005, p. 130-132.
- Eugenio Coseriu (14-7-1921–7-9-2002). v. 7, 2005, p. 60-63.
- Famílias de palavras e temas conexos. v. 1, 1998, p. 116-119.
- Forró: uma história ainda mal contada. v. 5, 2003, p. 4-8.
- Gandavo ou Gândavo. v. 5, 2003, p. 222-228.
- Gramáticos e caturras. v. 4, 2002, p. 201-208.
- Harri Méier e seus estudos de língua portuguesa. v. 1, 1998, p. 109-112.
- Herculano de Carvalho: *in memoriam*. v. 6, 2004, p. 119-129.
- História e estória. v. 3, 2001, p. 15-20.
- Imexível não exige mexer. v. 1, 1998, p. 108-109.
- Imexível: uma injustiça a ser reparada. v. 1, 1998, p.1-3.
- José de Alencar e língua do Brasil. v. 6, 2004, p. 55-73.

- Lendo os cadernos de Mário Barreto. v. 3, 2001, p. 175-198.
Língua culta oculta. v. 7, 2005, p. 157- 158.
Língua e cultura: denominações do arco-íris. v. 2, 2000, p. 25-30.
Linguagem e educação linguística. v. 3, 2001, p. 8-11.
Livros a mancheias: dicionários. v. 3, 2001, p. 80-89.
Má ideologia na linguagem? v. 2, 2000, p. 200-211.
Manuel Bandeira e a língua portuguesa. v. 6, 2004, p. 87-96.
Mau emprego de grandes inventos. v. 7, 2005, p. 172-177.
Na esteira da unidade: Moscou ou Moscovo? v. 1, 1998, p. 221-228.
Na seara de um dicionário histórico. v. 2, 2000, p.18-20.
Neologismos, prosódia e ortografia. v. 1, 1998, p. 40-42.
No tempo em que se lia. v. 5, 2003, p. 59-68.
Novos horizontes no estudo do léxico. v. 2, 2000, p. 122-137.
O Congresso Brasileiro e a unificação ortográfica. v. 1, 1998, p. 148-153.
O estrangeirismo e a pureza do idioma. v. 6, 2004, p. 73-78.
O estudo da fraseologia na obra de João Ribeiro. v. 5, 2003, p. 228-236.
O infinitivo: será um quebra-cabeça? v. 1, 1998, p. 210-213.
O Natal em línguas do mundo. v. 5, 2003, p. 209-212.
O novo vocabulário ortográfico da ABL. v. 5, 2003, p. 71-77.
O pior dos estrangeirismos. v. 6, 2004, p. 1-3.
O tempora! O mores! v. 3, 2001, p. 97-100.
O verbo pesar, fraseologia, etc. v. 1, 1998, p. 42-46.
O Vocabulário Portuguez e Latino de D. Raphael Bluteau. v. 6, 2004, p. 49-55.
Os animais na linguagem dos homens. v. 4, 2002, p. 54-63.
Os escritores e a gramática. v. 4, 2002, p. 83-92.
Os esquecidos inesquecíveis: Mário Barreto. v. 4, 2002, p. 156-171.
Othon Moacyr Garcia (19-6-1912–1-6-2002)”. v. 7, 2005, p. 42-44.
Palavras com padrinhos brasileiros. v. 1, 1998, p. 129-131.
Palavras também têm padrinhos. v. 1, 1998, p. 126-129.
Paul Teyssier (1918-2002). v. 7, 2005, p. 21-24.
Pecúnia, pecúlio e sua história. v. 5, 2003, p. 134-138.
Pertencer *para* e pertencer *a*. v. 3, 2001, p. 32-35.
Poetisa ou poeta? v. 4, 2002, p. 228-234.
Poluição linguística. v. 4, 2002, p. 25-34.
Por que se aprende latim. v. 4, 2002, p. 66-71.
Por que segunda-feira em português? v. 4, 2002 215-227.
Português ou brasileiro? v. 7, 2005, p. 15-17.

- Primos ricos e pobres da língua. v. 1, 1998, p. 138-143.
- Que ensinar de língua portuguesa. v. 1, 1998, p. 89-91.
- Que se entende por ‘correção de linguagem’? v. 4, 2002, p. 119-140.
- Repasso crítico da gramática portuguesa. Alguns aspectos aproveitáveis em sala de aula de nível fundamental e médio quanto à política do idioma e à descrição da língua. v. 7, 2005, p. 74-92.
- Revisitando um texto de D. Carolina: a Carta de Caminha. v. 7, 2005, p. 44-56.
- Sesquicentenário de um grande mestre. v. 1, 1998, p. 119-124.
- Silva Ramos: mestre da língua. v. 7, 2005, p. 117-130.
- Sob e debaixo de*. v. 3, 2001, p. 11-15.
- Sobre a Retórica e as chamadas figuras. v. 7, 2005, p. 17-20.
- Sobre a sintaxe dos demonstrativos. v. 6, 2004, p. 7-22.
- Última flor do Lácio. v. 2, 2000, p. 8-13.
- Um eco de S. Agostinho na língua de Vieira. v. 6, 2004, p. 23-29.
- Um novo dicionário do Português. v. 7, 2005, 166-172.
- Um processo sinonímico em D. Duarte. v. 7, 2005, p. 102-112.
- Uma justa homenagem. v. 7, 2005, p. 190-191.
- Usos da inicial maiúscula. v. 4, 2002, p. 212-215.
- Valor evocativo da grafia. v. 1, 1998, p. 190.
- Vieira como padrão de exemplaridade. v. 5, 2003, p. 195-201

Nota do editor: articulista convidado.